

Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

P R O C U R A D O R I A J U R Í D I C A

Barueri, 10 de abril de 2025

PAREÇER JURÍDICO

023/2025



De: Procuradoria Jurídica.

Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação, Comissão Saúde e Assistência Social.

Ref.: PROJETO DE LEI Nº 016/2025.

Autoria: EDMILSON GUSMÃO DE OLIVEIRA.

Dispõe sobre:

“UTILIZAÇÃO DE VAGAS NÃO RESERVADAS NO ESTACIONAMENTO ROTATIVO – ZONA AZUL, POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”.

Considerações iniciais

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do(a) Nobre vereador(a) Edmilson Gusmão de Oliveira que pretende permitir a utilização de vagas não reservadas no estacionamento rotativo – zona azul, por pessoas com deficiência.

A isenção do pagamento da tarifa do estacionamento rotativo é instituída pelo município, o que se pretende com a presente propositura é corrigir eventual distinção entre quem consegue usar a vaga reservada e as demais pessoas com deficiência, que não conseguem estacionar em tais locais.

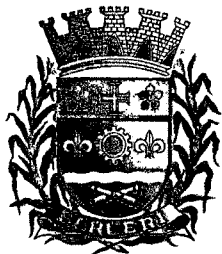
Isso porque, imagina-se que a ideia da isenção é beneficiar e amparar todos as pessoas com deficiência, o que não coaduna com a ideia de cobrar a tarifa daqueles que já são prejudicados, por não conseguir parar na vaga reservada, teoricamente mais acessível.

Fls. Nº	03
Proc. Nº	286/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

14-ABR-2025 15:52 001030 2/2





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA JURÍDICA

Assim, levando em conta o caráter social da isenção da tarifa do estacionamento e tendo em vista o princípio da isonomia, que espera o tratamento igual entre os iguais, que a presente proposta se justifica.

Diante disso, é possível inferir que a presente proposição pode tramitar de forma regular, por não haver indícios de algum impedimento, tratando-se, apenas, de uma daquelas políticas públicas que tendem a colaborar com os serviços sociais disponibilizados pela administração em prol do bem-estar das pessoas com deficiência.

Fis. Nº	04
Proc. Nº	186/2025

Da competência legislativa concorrente

Imperioso registrar que o projeto não versa acerca daquelas matérias de iniciativa reservada ao Prefeito, porquanto não se trata de qualquer incursão na gestão ordinária administrativa a ele incumbida com exclusividade, assim como não provoca aumento de despesas da Administração.

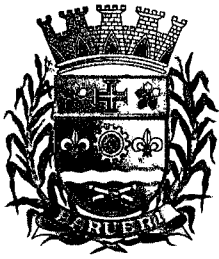
Portanto, o nobre vereador, autor desta proposição, atua dentro de sua esfera legislativa; tendo em vista que maneja projeto contendo matéria de iniciativa geral, comum a todos os titulares da competência legislativa municipal, não havendo usurpação da competência legislativa do executivo.

Considerações finais

Portanto, referido projeto atende aos requisitos legais de competência (artigo 13, inciso I, alínea 'd' artigo 15, inciso IV, ambos da Lei Orgânica do Município de Barueri - LOMB), iniciativa e admissibilidade (artigo 58, 'caput' da LOMB; artigo 135, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno), não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo ser observado o processo legislativo a seguir:

- a) Parecer da Comissão de Justiça e Redação (artigo 50, § 1º, do RI);





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

P R O C U R A D O R I A J U R Í D I C A

b) Parecer da Comissão de Saúde e Assistência Social

(artigo 50, § 10, do RI);

c) **Discussão Única** (artigo 47, da LOMB e artigo 173, §2º, do RI);

d) **Quórum: maioria simples** dos membros da CMB presentes (artigo 51 da LOMB e artigo 184, inciso I, § 1º, do RI).

e) **Votação simbólica** (artigo 189, inciso I, do RI);

Fls. Nº	05
Proc. Nº	196/2025

Sugere-se, à Comissão de Justiça e Redação para que, nos termos regimentais, verifique a concordância e a pertinência da pontuação utilizada.

S.m.j., este é o Parecer que emerge desta Procuradoria Jurídica.


LUCAS RAFAEL NASCIMENTO
Procurador-geral da Câmara
OAB/SP nº 264.968

A Secretaria Diretoria-geral – por meio de sua Assessoria – no uso de suas respectivas atribuições, notadamente em relação a prestação de assessoria à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara, **DÁ-SE POR CIENTE** dos termos deste Parecer.


MARCOS PEREIRA SILVA
Assessor da Secretaria Diretoria-geral

